

verificados na data do protocolo da solicitação; excetuadas as hierarquizações do ano de 2018.

II. Especificamente para os casos de projetos de reflorestamento, os proponentes tomadores que possuam contratos em execução física e financeira, em número igual ou superior a 4, verificados na data do protocolo da solicitação; excetuadas as hierarquizações do ano de 2018 e desde que as solicitações sejam exclusivamente de reflorestamento.

III. Os proponentes tomadores com contratos em execução física e financeira, assinados anteriormente ao ano de 2014.

IV. Os proponentes tomadores em situação de inadimplência financeira parcial ou total, relativa à cobrança pelo uso dos recursos hídricos no âmbito da UGRHI-16.

V. Estão impedidos de beneficiar-se dos recursos da cobrança pelo uso da água os usuários isentos desse pagamento.

Artigo 10. Estabelece-se que cada tomador poderá ser hierarquizado em até 2 (duas) solicitações, fazendo-se necessária uma contrapartida com percentuais mínimos do valor total das solicitações conforme item 4.1.3. do MPO; desde que atendidas às especificações do § 1º.

§ 1º. No que tange à contrapartida, fica estipulado que esta não poderá ultrapassar o percentual de 40% do valor total da solicitação.

Artigo 11. A Câmara Técnica de Planejamento e Avaliação (CT/PA), subsidiada pelas Câmaras Técnicas de Saneamento (CT/SA) e de Turismo e Educação Ambiental (CT/TE), após análise das solicitações protocoladas, poderá rejeitar as que não cumprirem as exigências estabelecidas nos Artigos 6º e 7º; bem como deverá estabelecer a hierarquização das demais solicitações.

§ 1º. A Secretaria Executiva do CBH/TB apresentará às Câmaras Técnicas, na data estipulada para a análise e hierarquização das solicitações, o "Relatório de Andamento" dos eventuais contratos dos proponentes tomadores; identificando data, objeto e situação, com destaque para paralisações, atrasos e outras ocorrências, visando o cumprimento do disposto no Artigo 9º e a identificação de irregularidades ou pendências que inviabilizem a pontuação e a consequente hierarquização das solicitações.

§ 2º. Para garantir a transparência e imparcialidade nas decisões das Câmaras Técnicas, o Coordenador das Câmaras Técnicas, deverá separar por "temas" as solicitações de financiamentos a serem avaliadas:

I. o Coordenador de cada Câmara Técnica impedirá expressa e invariavelmente durante as análises, discussões e pontuações de um determinado "tema", a presença de membros cuja condição seja de proponente tomador e/ou responsável técnico por projetos e/ou que tenham interesse direto ou indireto naquelas solicitações avaliadas;

II. o não cumprimento do determinado no inciso I deste Artigo deverá constar em Ata.

Artigo 12. Os casos omissos e não previstos nesta Deliberação serão objeto de análise e discussão da Câmara Técnica de Planejamento e Avaliação (CT-PA); ouvidas se necessárias, as demais Câmaras Técnicas do CBH/TB (CT-SA e CT-TE), bem como a sua Diretoria, e, em última instância, serão submetidas à apreciação e deliberação da Plenária do Comitê, caso persista a lacuna.

Artigo 13. Fica estabelecida a data limite e improrrogável, de 29-05-2019, para que a "Câmara Técnica de Planejamento e Avaliação" apresente à Secretaria Executiva do CBH/TB, o "Relatório de Análise, Desclassificação e Hierarquização" das solicitações protocoladas pelos proponentes tomadores, conforme prazos estipulados no Artigo 3º desta Deliberação.

Artigo 14. Discutida e aprovada pela Plenária do CBH/TB, a hierarquização dos projetos proposta pela CT-PA, a Secretaria Executiva se incumbirá de enviar Ofício aos proponentes tomadores, comunicando a hierarquização e solicitando a complementação de documentos necessários à formalização de contrato junto ao Fehidro.

§ 1º. Os proponentes tomadores hierarquizados terão o prazo máximo de 15 dias para o cumprimento do disposto no caput deste Artigo, iniciando a contagem do prazo a partir da data do recebimento do Ofício.

§ 2º. O não cumprimento do prazo estabelecido no § 1º deste Artigo, resultará na desclassificação automática do proponente tomador hierarquizado.

Artigo 15. As solicitações consideradas pela Plenária do CBH/TB como incompletas ou em desacordo com as determinações da presente Deliberação, não serão objeto de hierarquização, sendo automaticamente desclassificadas.

§ Único. A Secretaria Executiva emitirá comunicado aos proponentes tomadores que tiveram suas solicitações desclassificadas pelas Câmaras Técnicas e Plenária do CBH/TB.

Artigo 16. Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I - DELIBERAÇÃO CBH/TB 008/2018
RELAÇÃO DE DOCUMENTOS OBRIGATORIOS PARA O 1º PROTOCOLO DE SOLICITAÇÃO DE FINANCIAMENTO, CONFORME ARTIGO 6º DA REFERIDA DELIBERAÇÃO:

- Ficha Resumo do Empreendimento (Modelo Fehidro)
 - Planilha de Orçamento (Modelo Fehidro) (utilizar Tabela de Custos da CPOS ou equivalente, devidamente especificada)
 - Cronograma Físico Financeiro (Modelo Fehidro)
 - Termo de Referência (para estudos, projetos, pesquisas e atividades afins)
 - Projeto Básico ou Executivo (para obras ou serviços conforme estabelecido pela Lei federal 8.666/1993)
 - Memorial Descritivo detalhado (para obras ou serviços - contendo orçamentos, cronogramas, especificações técnicas e demais documentos pertinentes)
 - Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou documento do Conselho afim do responsável técnico (dispensado nos casos de projetos de Educação Ambiental)
 - Planta de Situação e Localização da obra ou serviço georeferenciada (formato KML "Google Earth" ou SIG "Shapefile" em tamanho A3 ou A4)
- DOCUMENTAÇÃO PARA OBRA OU SERVIÇO QUE EXIJA LICENCIAMENTO**
- CETESB (Licença Prévia / Licença de Instalação / Licença de Operação)
 - DAEE (Autorização para Implantação de Empreendimento ou Outorga de Direito de Uso)
 - Declaração que substitui o Atestado de Regularidade Florestal – ARF (Modelo Fehidro) (somente nos casos de Recuperação e Composição Florestal)

2. APLICAÇÃO DA PONTUAÇÃO

Critérios aplicáveis à todo tipo de solicitação.

PROONENTE TOMADOR	ITENS				PONTUAÇÃO		
	1,1	1,2	1,3	1,4	Σ	Σ máx.	Σ%
Município	P	P	P	P		20	
Órgão Estadual	P	P	P	NP		15	
Sociedade Civil	P	P	P	NP		15	
Usuário	P	P	P	NP		15	

- P - item pontuado
NP - item não pontuado
Σ - pontuação obtida pela solicitação
Σ máx - pontuação máxima a ser alcançada pela solicitação
Σ % - percentual da pontuação obtida em relação a pontuação máxima

3. CRITÉRIOS PARA DESEMPATE

Quando houver empate na soma de pontos, serão aplicados, sucessivamente, até desempate, os seguintes critérios:

- Mayor pontuação no item 1.1,
- Mayor pontuação no item 1.2,
- Mayor contrapartida proporcional,
- Por decisão motivada da Câmara Técnica.

OBSERVAÇÕES:

1. Os documentos previstos nos itens de 01 a 07 deverão estar devidamente assinados; e quando couber, comprovar o recolhimento das taxas devidas.

2. Conforme § 2º do Artigo 6º da referida Deliberação, os documentos devem ser apresentados em uma via, respeitando a ordem acima descrita, sendo que a documentação deverá estar em pasta com grampo de dois furos, ficando vedada a encadernação dos documentos.

ANEXO II - DELIBERAÇÃO CBH/TB 008/2018
RELAÇÃO DE DOCUMENTOS OBRIGATORIOS PARA O 2º PROTOCOLO DE SOLICITAÇÃO DE FINANCIAMENTO, CONFORME ARTIGO 7º DA REFERIDA DELIBERAÇÃO:

- Declaração de adimplência junto ao Fehidro (Modelo Fehidro)
 - Documentação atestando a disponibilidade do terreno nos casos em que o empreendimento assim o exigir, comprovando:
 - posse ou domínio mediante título ou matrícula de Cartório de Registro de Imóveis; ou
 - posse provisória, decorrente de processo judicial de desapropriação, mediante termo demissão provisória de posse; ou
 - locação, arrendamento, comodato, permissão ou concessão de uso, entre outros, mediante instrumento legal que comprove a disponibilidade do terreno ou imóvel para utilização em período compatível com a natureza do empreendimento ou pelo menos com o retorno do investimento.
 - Cartão do CNPJ
 - RG do responsável legal
 - CPF do responsável legal
 - Certificado de Regularidade do FGTS – CRF
 - Certidão Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (abrangendo inclusive contribuições sociais)
 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT NO CASO DE MUNICÍPIO COMO TOMADOR
 - Certificado de Regularidade do Município para celebrar Convênios - CRM
 - Atestado da Câmara Municipal de Exercício Efetivo de mandato do Prefeito
- NO CASO DE AUTARQUIA MUNICIPAL OU ESTADUAL, SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA E FUNDAÇÕES DE DIREITO PÚBLICO COMO TOMADOR**
- Lei de Criação
 - Estatuto
 - Ato de nomeação ou Ata de eleição do responsável legal
 - Declaração de Adimplência com a cobrança pela utilização dos recursos hídricos (emitida pelo DAEE)
- NO CASO DE ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL COMO TOMADOR**
- Estatuto autenticado e registrado em cartório
 - Ata autenticada de eleição da diretoria
 - Certificado de Regularidade Cadastral de Entidades – CRCE
 - Relatório de atividades (Modelo Fehidro Somente na 1ª solicitação de recursos ao Fehidro)

OBSERVAÇÕES:

- O documento previsto no item 01 deve estar devidamente assinado.
- Conforme § 2º do Artigo 7º da referida Deliberação, os documentos devem ser apresentados em uma via, respeitando a ordem acima descrita, sendo que a documentação deverá estar em pasta com grampo de dois furos, ficando vedada a encadernação dos documentos.
- As certidões de validade, quando do protocolo da solicitação.

ANEXO III - DELIBERAÇÃO CBH/TB 008/2018
CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO E HIERARQUIZAÇÃO DAS SOLICITAÇÕES DE RECURSOS FINANCEIROS DO ANO DE 2019, NO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO TIETÊ-BATALHA

CRITÉRIOS	PONTOS
Curto	5
Médio	3
Longo	1

Item 1.2.
Abrangência dos Benefícios Ambientais provocados pela solicitação
Base: área de impacto direto e indireto

CRITÉRIOS	PONTOS
Toda a UGRHI	5
Toda a sub-bacia, conforme definição do Plano de Bacia do CBH-TB	4
Regional, abrangendo mais de um Município	3
Municipal	2

Item 1.3.
Utilização de Recursos Fehidro pelo tomador
Base: levantamento dos contratos Fehidro pela Secretaria Executiva do Comitê

CRITÉRIOS	PONTOS
Nunca utilizou ou já utilizou recursos Fehidro e o contrato está concluído e/ou dentro dos prazos estabelecidos no cronograma	5
Já utilizou recursos Fehidro e cuja obra/serviço esteja concluído fisicamente, porém sem a devida prestação de contas final ao Agente Financeiro	3
Outros	1

Item 1.4.
Município Verde Azul
Proponentes tomadores (somente Municípios), que aderiram ao Programa de Governo, ano base 2015, verificados na data do protocolo da solicitação

CRITÉRIOS	PONTOS
Município certificado	5
Com nota final entre 70,0 e 79,99	3
Com nota final entre 50,0 e 69,99	2
Com nota final abaixo de 49,99	1

Obs: No caso de projetos regionais será feita a média simples do total da pontuação dividida pelo número de municípios abrangidos.

Comunicado

Resumo da Ata da Terceira Reunião Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Tietê Batalha no ano de 2.018, de 10-12-2018.

Aos dez dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezoito, às 10h, no Auditório do DAEE, em Novo Horizonte/SP, compareceram os membros que compõem a Plenária do Comitê para a realização da 3ª Reunião Ordinária. Estiveram presentes trinta e dois membros, sendo oito Prefeitos representando o segmento Municípios; nove membros representando o segmento Estado; e treze membros representando o segmento Sociedade Civil. Dos membros citados, vinte e três estão aptos a votar, correspondendo a 51% do total de membros com direito a voto. O início da Reunião deu-se pela composição da Mesa Diretora com os seguintes membros: representante do Sindicato Rural de Cafelandia e Vice Presidente do Comitê, e o representante do DAEE e Secretário Executivo do Comitê. O Secretário Executivo do Comitê, deu boas vindas aos membros do Comitê e demais participantes e disse da ausência do Presidente do Comitê, Prefeito Municipal de Lins. Para compor a mesa diretora de trabalho, representando o segmento dos Municípios, o Secretário Executivo convida o Prefeito Municipal de Guarantã. Com a palavra para abrir a reunião, o Prefeito de Guarantã cumprimentou inicialmente todos os presentes e disse da honra em compor a mesa diretora de uma reunião do Comitê da qual ele conhece o trabalho assíduo dos membros. Em seguida passa a palavra para o Vice Presidente do Comitê, que da mesma forma enalteceu o trabalho do Comitê e agradeceu a presença de todos. Em seguida, a palavra é passada ao Secretário Executivo do Comitê, que dá início a pauta da plenária colocando em discussão a Ata da Segunda Reunião Ordinária do Comitê de 2018, assim como as Deliberações CBH-TB nºs 004 e 005/2018, documentos estes já enviados a todos os membros quando da convocação. Dada a palavra à plenária, o representante do Fórum Pró Batalha, solicita que na linha 112 da Ata seja alterada a palavra ONG por Prefeitura Municipal de Bauru, ficando o texto correto "... Citou também um financiamento que a Prefeitura Municipal de Bauru tomou da ANA...". Não havendo mais manifestações, a correção foi processada, tendo sido o restante do texto da Ata da Segunda Reunião Ordinária de 2018 e das Deliberações CBH-TB nºs 004 e 005/2018 aprovados por unanimidade. A seguir, o Secretário Executivo parabeniza o membro do Comitê, do Instituto Planeta Verde, pela sua inclusão na composição do Conselho Deliberativo do FNMA. Ainda com a palavra, o Secretário Executivo pediu ao plenário do Comitê uma inserção de ponto de pauta para apresentar a síntese do Relatório referente ao empreendimento executado pela ONG SOS Rio Dourado "Caracterização da Qualidade das Águas Superficiais da Bacia Hidrográfica do Tietê Batalha, Rio Tietê/SP". Aprovada a inserção do assunto à pauta, o Secretário Executivo convida para apresentação o representante da ONG. Retomando a pauta, o Secretário Executivo apresenta a Deliberação a Deliberação "ad referendum" CBH/TB 006/2018. Após apresentação é aberta à Plenária para discussão e não havendo manifestações, a Deliberação CBH/TB 006/2018 é aprovada por unanimidade. Dando sequência a pauta, o Secretário Executivo passa a palavra para o Coordenador da CT-PA, para apresentação da Deliberação CBH/TB 007/2018. Após apresentação o Secretário Executivo abre a palavra para manifestações da plenária. Não havendo nenhum óbice, a Deliberação CBH/TB 007/2018 foi aprovada por unanimidade. Na sequência, ainda com a palavra, o Coordenador da CT/PA apresentou a Minuta de Deliberação CBH/TB 008/2018. Findada a apresentação da Deliberação, o Secretário Executivo abriu a palavra para manifestações dos presentes. Após uma manifestação, foi então aprovado pelos membros presentes a Deliberação CBH/TB 008/2018. Continuando a pauta, o Secretário Executivo apresentou na integra a Minuta de Deliberação CBH/TB 009/2018. Na sequência, abriu a palavra para manifestações dos presentes. Não havendo manifestação a Deliberação CBH/TB 009/2018 foi aprovada sem óbices. Findada a pauta e nada mais havendo para ser tratado é encerrada a 3ª Reunião Ordinária de 2018, sendo em seguida lavrada a presente Ata, assinada e encaminhada em resumo para publicação no Diário Oficial do Estado, juntamente com as Deliberações CBH/TB 006/2018, 007/2018, 008/2018 e 009/2018, destacando ainda que todos os documentos publicados, deverão ser enviados em cópia aos componentes do CBH/TB para aprovação na próxima Reunião Plenária.

Universidade de São Paulo

REITORIA

GABINETE DO REITOR

Portaria do Reitor, de 14-12-2018
Designando, nos termos do artigo 42, I, do Estatuto, e tendo em vista o disposto nos artigos 5º e 6º do Decreto 63.616, de 31-07-2018, os servidores a seguir relacionados para comporem o Comitê Setorial de Inventário de Bens Móveis e de Estoques da USP: Maria Cleni Braga, na qualidade de Coordenadora, Adriana Mello da Silveira Braga Cherobin, Kátia Keiko Ikeda e Rafael Cândido Balieiro Possebom; Proc. USP 18.1.15578.1.0.

GABINETE DO VICE-REITOR

COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

Resumo de Contrato
Processo 2015.1.156.82.1
Contrato ou Convênio: Termo de Permissão de Uso
Permitente: Universidade de São Paulo
Permissionário: Caixa Economica Federal
Objeto: Espaço de 655,11 m², localizado à Praça dos Bancos da Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira", para desenvolvimento de atividades correlatas e instituição de crédito.
Vigência: 26-11-2018 a 25-11-2023
Data da Assinatura: 26-11-2018

MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA

Comunicado

Bibliografia para o Processo Seletivo do PPGAq-USP-2019. O Museu de Arqueologia e Etologia, da USP, através deste edital, torna público a bibliografia que embasará a prova de conhecimento do processo seletivo para ingresso no Programa de Pós-graduação em Arqueologia em 2019. A listagem de obras referenciais para estudo será distinta para o mestrado e para o doutorado, conforme especificado a seguir. Todos títulos indicados estão disponíveis na Biblioteca do Museu de Arqueologia e Etologia da Universidade de São Paulo (bibmae@usp.br). O período de inscrição, forma de seleção e demais informações pertinentes serão objeto de edital próprio a ser oportunamente publicado.

TEXTOS INDICADOS PARA SELEÇÃO DE INGRESSO AO MESTRADO

- ANTONACCIO, C. (2005). Excavating colonization. In: HURST, H. & OWEN, H. (Eds.). Ancient colonizations: Analogy, similarity and differene. Duckworth, Londres, pp. 97-113.
- CARVER, M. (2009). Chapter 5: Site survey. Archaeological investigation, London: Routledge, p. 89-112

3. BINFORD, L (1980) Willow smoke and dog's tails: Hunter-gatherer settlement systems and archaeological site formation. American Antiquity 45: 4-20.

4. DRIESSEN, J. (2009). Daidalos' designs and Ariadne's Threads: Minoan Towns as Places of Interaction. In Owen, S; Preston, L. (eds). Inside the city in the Greek world. Studies of urbanism from the Bronze Age to the Hellenistic period. University of Cambridge Museum of Classical Archaeology Monograph 1. Oxbow Books, Oxford, 41-54.

5. DYSON, S. (1995) Is there a text in this site?. In: SMALL, D.B. (Ed.), Methods in the Mediterranean: Historical archaeological views on texts and archaeology. Brill, Leiden, pp. 24-44.

6. DAVID, A. (2006). Chapter 1: Finding sites. In: BALME, J. & PATERSON, A. (Ed.). Archaeology in Practice. A Student Guide to Archaeological Analyses. Oxford, Blackwell Publishing, pp. 1-34.

7. DAVID, B e THOMAS, J. (2008). Landscape Archaeology: Introduction. Handbook of Landscape Archaeology. Left Coast Press, Walnut Creek, pp. 27-43.

8. LYONS, D. e CASEY, J. It's a material world: the critical and n-going valeu of ethnoarchaeology in understanding variation, change and materiality. World Archaeology, 48(5):609-627. 2016.

9. NEVES, E.G. (2011). Archaeological cultures and past identities in the Pre-Colonial Central Amazon. In: A. Hornborg e J.D. Hill (Eds.). Ethnicity in ancient Amazonia. Reconstructing past identities from archaeology, linguistics, and ethnohistory. University Press of Colorado, Boulder, pp.31-56.

10. POLITIS, G. (2003). The Theoretical Landscape and the Methodological Development of Archaeology in Latin America, Latin American Antiquity, 14(2): 115- 142.

11. RAPP Jr, G.; HILL, C.L. (1998). Geoaerchaeology: The Earth-science approach to archaeological interpretation. London: Yale University Press, Chapter 8. Geological mapping, remote sensing and surveying, p. 175-197.

12. SCHIFFER, M. B.; SKIBO, J. (1997) The Explanation of Artifact Variability. American Antiquity, 62(1): 27-50.

13. SHANKS, M. Postprocessual archaeology and after. In: BENTLEY, R.A.; MASCHNER, H.D.G.; CHIPPINDALE, C. (2008). Handbook of Archaeological Theories. Lanham, AltaMira Press, pp. 133-144.

14. WATSON, P.J. Processualism and after. In: BENTLEY, R.A.; MASCHNER, H.D.G.; CHIPPINDALE, C. (2008). Handbook of Archaeological Theories. Lanham, AltaMira Press, pp. 29-38.

15. WEBSTER, G. S. Culture history: a culture-historical approach. In: BENTLEY, R.A.; MASCHNER, H.D.G.; CHIPPINDALE, C. (2008). Handbook of Archaeological Theories. Lanham, AltaMira Press, pp. 11-27.

16. ZEDEN-O, M.N. e BOWSER, B.J. (2009). The archaeology of meaningful places. In: B.J. BOWSER e M.N. ZEDEN-O (Eds.). The archaeology of meaningful places. Salt Lake City: The University of Utah Press, pp. 1-14.

TEXTOS INDICADOS PARA SELEÇÃO DE INGRESSO AO DOUTORADO

1. CARVER, M. (2009). Chapter 11: Chronology. Archaeological investigation. London: Routledge, p. 267-296

2. COLWELL-CHANTAPHONH, C. (2009). The archaeologist as a world citizen. In: MESKELL, L. (Ed.). Cosmopolitan Archaeologies. Duke University Press, Durham/London, pp.140-165.

3. DMITRIEV, S. (2009). (Re-)constructing the Roman empire: From "imperialism" to "post-colonialism". A historical approach to history and historiography. Annali dela Scuola Normale Superiore di Pisa, 5(1): 123-164.

4. DRIESSEN, J. (2010). Spirit of place: Minoan houses as major actors. In Pullen, D.J. (ed). Political Economies of the Aegean Bronze Age: Papers from the Langford Conference. Oxbow Books, Oxford, 35-65.

5. GOLDBERG, P. & SHERWOOD, S. (2006). Deciphering human prehistory through the geoaerchaeological study of cave sediments. Evolutionary Anthropology 15: 20-36.

6. HAMILAKIS, Y. (2016). Decolonial archaeologies: from ethnarchaeology to archaeological ethnography. World Archaeology, 48(5): 678-682.

7. HISCOCK, P. (2007). Looking the other way. A materialist/technological approach to classifying tools and implements, cores and retouched flakes. In: Shannon P. McPherson (ed), Tools versus cores? Alternative approaches to stone tool analyses, Cambridge Scholars Publishing; Unabridged edition, p. 198-222.

8. HOLDAWAY, S. (2006) Chapter 5: Absoluting dating. In: BALME, J. & PATERSON, A. (Ed.). Archaeology in Practice. A Student Guide to Archaeological Analyses. Oxford, Blackwell Publishing, pp. 117-158

9. INGOLD, T. The temporality of the landscape. In: T. Ingold. The Perception of the Environment. Essays in Livelihood, Dwelling and Skill. London/New York: Routledge. 2001

10. KOSSO, P. (1995). Epistemic independence between textual and material evidence. In: SMALL, D.B. (Ed.), Methods in the Mediterranean: Historical archaeological views on texts and archaeology. Brill, Leiden, pp. 177-196.

11. LAU, G. (2010). The work of surfaces: object worlds and techniques of enhancement in the ancient Andes. Journal of Material Culture, 15(3): 259-286.

12. PEURCELL, N. (2005). Colonization and mediterranean history. In: HURST, H. & OWEN, H. (Eds.). Ancient colonizations: Analogy, similarity and difference. Duckworth, Londres, pp. 115-139.

13. SCHIFFER, M. B.; SKIBO, J. (1997) The Explanation of Artifact Variability. American Antiquity, 62(1): 27-50.

14. SMITH, A.T. (2003). Introduction: Surveying the political landscape. The political landscape. Constellations of authority in Early complex societies. University of California Press, Berkeley, pp. 1-29.

15. SMITH, A.T. (2011). Archaeologies of Sovereignty. Annual Review of Anthrology 40: 415-432.

16. SMITH, B.D. (2016). Neo-darwinism, niche construction theory, and the initial domestication of plants and animals. Evolutionary Ecology 30: 307-324.

17. SILLIMAN, S. W. (2015) Comparative Colonialism and Indigenous Archaeology: Exploring the Intersections. In: CIPOLLA, C. N. & HAYES, K. H. (Eds). Rethinking Colonialism: Comparative Archaeological Approaches. University Press of Florida, Gainesville, pp. 213-233.

18. SILVA, F. (2015) NOELLI, F. . Mobility and Territorial Occupation of the Asurini do Xingu, Pará, Brazil: An Archaeology of the Recent Past in the Amazon. Latin American Antiquity, v. 26, p. 493-511.

19. ZEDEN-O, M.N. e BOWSER, B.J. (2009). The archaeology of meaningful places. In: B.J. BOWSER e M.N. ZEDEN-O (Eds.). The archaeology of meaningful places. Salt Lake City: The University of Utah Press, p. 1-14.

EDITORA DA USP

Extrato de Contrato
Contrato de Cessão de Direitos de Tradução.
Contratante: Editora da USP.
Contratado: The University of Chicago Press.
Contrato de edição da obra: "How "Natives" Think: About Captain Cook, for Example" de Marshall Sahlins.
Vigência: 7 anos a partir da data da assinatura.
Data da assinatura: 11-12-2018
Processo: 2018.1.280.91.6

UNIDADES UNIVERSITÁRIAS

ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES

Comunicado

O Diretor da Escola de Comunicações e Artes, nos termos do Edital publicado no D.O. de 02-08-2018, torna público a